

A QUESTÃO DA INTEJEIÇÃO: CLASSE GRAMATICAL OU FRASE DE SITUAÇÃO?

Por Maria Elizabeth Figueiredo Martins¹

INTRODUÇÃO

Classe gramatical ou frase de situação? Esta é a indagação que passa pela cabeça dos estudiosos da língua ao organizarem as suas gramáticas, no que tange à temática das interjeições. Trata-se de matéria controversa, haja vista que as estruturas interjectivas são apresentadas nos livros de português ora como classe gramatical, ora como palavras que exprimem emoção, ora como frases unimembres e até mesmo como orações.

Encontramos, em algumas gramáticas, a definição da interjeição como classe gramatical, normalmente acompanhada de nota de rodapé, onde os autores se opõem a tal classificação ou demonstram insegurança com relação a essa norma a ser seguida, a partir da adoção da Nomenclatura Gramatical Brasileira - NGB.

Ao promovermos a reflexão sobre a questão da interjeição ser classe gramatical ou frase de situação, viabilizamos o estudo e a compreensão das peculiaridades estruturais dessas formas lexicais, bem como o reconhecimento de suas potencialidades discursivas, no que tange ao seu estudo em sala de aula.

UMA QUESTÃO DE CLASSE

Mattoso Câmara (2002:72), em seu *Dicionário de Lingüística e Gramática*, aponta para o descompasso entre os critérios que orientam a categorização das palavras. Por considerarmos relevante, transcrevemos parte do verbete extraído da obra mencionada:

A tradicional classificação dos gramáticos greco-latinos está pautada em critérios heterogêneos, e confusos, e sem hierarquia entre si (Câmara Jr., 1954, 156). Daí a divisão entre substantivo e verbo ser de ordem semântica e mórfica (tipos de flexão diferentes), mas entre o substantivo e o adjetivo ser funcional (o primeiro como determinado e o segundo como determinante, dentro de um sintagma (v.), e daí ainda o advérbio semanticamente ser de natureza nominal (ex: *belamente, cedo, barato*) ou de natureza pronominal (ex: *aqui*, que é também pronome demonstrativo, como *isto* e *este: onde*, que é também pronome relativo), e assim por diante.

Como se pode ver, o linguista faz uma séria crítica aos referidos critérios e às gramáticas normativas, no que se refere à aceitação incondicional, por parte dos autores, da classificação tradicional listada pela norma padrão. Seu estudo nos faz refletir no quanto complexo e inconsistente é o processo de análise classificatória dos vocábulos, visto que se baseia numa escolha subjetiva de hierarquia de valores que desconsidera os casos minoritários.

Bechara (2001:109) também questiona os parâmetros utilizados para a classificação dos vocábulos, quando afirma que a gramática coloca palavras de natureza e funcionalidade bem

¹ Pós-graduanda no Curso de Especialização em Língua Portuguesa - Instituto de Letras – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ - e-mail: melbeth@ig.com.br

diversas numa mesma classe. Segundo o autor, ela se baseia em dados categoriais morfológicos e sintáticos confusos. Embora com estas restrições, o pesquisador faz uso das dez classes gramaticais utilizadas pelo padrão ocidental: *substantivo, adjetivo, artigo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição*.

Ao analisar as classes gramaticais, Cunha e Cintra (1985:77) elegem, como parâmetro classificatório, a distinção entre morfemas lexicais e gramaticais. Segundo eles, são morfemas lexicais os *substantivos*, os *adjetivos*, os *verbos* e os *advérbios de modo* e são morfemas gramaticais os *artigos*, os *pronomes*, os *numerais*, as *preposições*, os demais *advérbios*, bem como as formas indicadoras de número, gênero, tempo, modo ou aspecto verbal. Ao relacioná-los, excluem a interjeição, definindo-a como *vocábulo-frase*.

O QUE FALAR DA FRASE DE SITUAÇÃO?

Garcia (1992:12) define *frase* como a unidade do discurso em que fazem parte o sujeito e o predicado. No entanto, o autor reconhece que nem sempre esses dois elementos estão presentes. Às vezes, no contexto da língua escrita ou na situação da língua falada, um dos termos é apagado e fica subentendido.

Para o autor, uma advertência (Fogo!), uma ordem (Silêncio!), um juízo (Ladrão!), um apelo (Socorro!), a indicação de um fenômeno (Chuva!), um advérbio ou locução adverbial (Sim ou Não), uma exclamação (Que bom!) ou uma interjeição (Psiu!) são ou podem ser considerados como frases, embora lhes falte completude gramatical. Esse tipo de construção denominada, por alguns gramáticos, *frase de situação* ou *frase inarticulada* é insubsistente quando destacada do ambiente em que se realiza, ou seja, ela necessita do auxílio do contexto ou da situação.

Azeredo (2002:38), quando estuda a frase como unidade de comunicação, define essa estrutura como o menor elemento da enunciação capaz de exprimir um ato comunicativo. Segundo o linguista, ela pode se apresentar sob a forma de uma interjeição ou como um período.

Bechara (2001:540-541) relata a existência de um tipo específico de frase, de forma estrutural simples e sem núcleo verbal, que denomina *frase unimembre*. Para exemplificá-la, ele lança mão de algumas formas interjectivas.

- Oh! Psiu!
- Ai de mim!

SER OU NÃO SER: EIS A QUESTÃO DA INTERJEIÇÃO

Ao definir as estruturas interjectivas, Azeredo (2002:149) explica que elas são palavras empregadas exclusivamente como *frases de situação*. Segundo o autor, esses elementos pertencem à classe dos substitutos oracionais, tendo em vista a sua função comunicativa. Ele observa, ainda, que as interjeições possuem, na linguagem, uma função meramente emotiva e conativa.

Adiante, o pesquisador mostra que as interjeições e os vocativos possuem pontos de convergência. Ambos necessitam de entoação e não constituem função sintática, mas discursiva.

Segundo ele, alguns vocativos isolados em frases exclamativas cristalizam-se como locuções interjectivas, como nos exemplos: Minha Nossa Senhora! e Deus do céu!.

Nesse trabalho, o pesquisador demonstra ser o discurso o local onde as estruturas interjectivas adquirem as formas e os papéis variados que as caracterizam, uma vez que funcionam quase sempre motivadas pelo contexto em que se apresentam e onde prevalece o seu caráter conativo sobre o uso lógico-referencial.

Bechara (2001:330-331), no capítulo relativo às interjeições, define essas unidades gramaticais afirmando serem expressões com as quais traduzimos nossos estados emotivos, que costumam vir acompanhadas de contornos melódicos ora exclamativos, ora interrogativos, ora de chamamento que, em função de sua autonomia, estabelecem relações com outras estruturas lexicais para constituir unidades complexas.

Segundo o linguista (2001:540-541), é antiga a questão da interjeição não ser apenas uma *palavra*, pois é fato que ela se mostra, no discurso, como uma estrutura equivalente a um enunciado independente ou a uma oração completa. Ele chama a atenção, ainda, para o fato de que elementos pertencentes a outras classes de palavras costumam funcionar como interjeições, quando empregados em função apelativa ou como manifestação da atitude do falante. O autor exemplifica essa afirmação usando as expressões:

- Socorro! Depressa!
- Que Horror!

Para Gonçalves (2002:99-101), a interjeição é uma representação pré-fabricada que pertence ao discurso repetido e que, por isso, costuma ser empregada nos diversos níveis de construção da fala. Ele conclui que ela, embora independente, pode reger os demais elementos da cadeia sintagmática dando-lhes a devida ênfase, sejam eles um lexema, um predicado, uma oração ou o próprio contexto. Visto tratar-se de uma estrutura sintaticamente autovalente, é cabível que lhe seja atribuída a função de enfatizador sintático².

O pesquisador (2002:104-106) não concorda com os estudos que definem a interjeição como categoria morfossintaticamente não unificável. Em defesa desse argumento, ele discute a questão delas serem tratadas como estruturas anômalas demonstrando que tais signos devem ser reconhecidos como estruturas lexicais convencionais, visto que são formas fixas arbitradas pela comunidade falante, que têm o conteúdo nocional identificado logo que percebidas pelo receptor.

Em seguida, o autor (2002:107) questiona o fato de não ser típico a interjeição entrar em construção com outros tipos de palavras. Segundo ele, essas estruturas fazem parte de uma classe gramatical identificada por alguns linguistas como semi-aberta, uma vez que é constituída por formas lexicais, relativamente convencionalizadas, que costumam manter relações paradigmáticas com as demais partes da oração, embora nunca estabeleçam relações sintagmáticas.

Dando prosseguimento ao tema, o pesquisador (2002:108-109) relata que essas estruturas, embora consideradas unidades invariáveis, não raramente, se flexionam segundo

² Miguel Gonçalves trabalha com os exemplos de Pérez (1990) :1) *Caramba con la avispa!* – *Caramba con!* enfatiza a função do substantivo *avispa*; 2) *Reliez qué susto!* – *Reliez!* enfatiza a oração nominal *qué susto!*; 3) *Ojalá vengas!* – *Ojalá!* enfatiza o predicado *vengas*; 4) *Llegó y paf!*: *se cayo*. – *paf!* enfatiza a oração *se cayo*; 5) *Caracoles!* – a interjeição enfatiza o próprio sentido contextual, uma vez que constitui um enunciado.

regras estranhas à língua. Segundo ele, pode-se falar em *interjeições monomorfêmicas* e *multimorfêmicas*, fazendo parte desta última, o rol das locuções interjectivas ou das frases interjectivas.

Jucá Filho (1945:115), em sua gramática, define as interjeições como elementos incidentes de natureza sentimental. Elas são assim classificadas porque se referem a circunstâncias estranhas ao discurso, embora digam respeito ao enunciador. O autor esclarece que o *termo incidente*, de modo geral, mantém o nexos entre a oração que está sendo enunciada e uma anterior, já expressa ou apenas imaginada.

Macambira (1987:80) estuda a interjeição sob os aspectos: mórfico, sintático e semântico. Sob o critério mórfico, o autor relata que algumas delas apresentam variações que contrariam o sistema fonológico português, uma vez que exibem fonemas ou combinação e distribuição de fonemas estranhos ao idioma. São exemplos utilizados por ele:

- as formas interjectivas: ah, ha, eh, he, ih, hi, oh, ho, uh e hu.
- as formas interjectivas: psit, ptsiu, hum-hum, chit e fu

Sob o critério sintático, o autor (1987:81-82) exclui a interjeição das classes gramaticais por considerá-la palavra isolada, sintaticamente solta, completa por si própria e que não apresenta relação com os demais vocábulos da oração. Ele afirma que se trata de palavra interjecta que, lançada no meio dos outros elementos oracionais, não forma sintagma com os mesmos.

Sob o critério semântico, Macambira (1987:83) por um lado define a estrutura interjectiva como classe gramatical que, de modo geral, se apresenta com um sentido completo enquanto por outro recupera o termo *palavra-frase*, de Mattoso Câmara.

Para Melo (1981:143), as interjeições se apresentam no discurso de dois modos: ora como um grito reflexo ora como um equivalente de oração. O primeiro modo foge do âmbito da linguagem por ser resultado de um ato não intencional. São as exclamações do tipo *ai!* e similares.

O segundo modo contempla as frases inteiras que são mutiladas por conta de um estado de emoção e que se sobrepõem à inteligência do falante. Essas estruturas fazem parte da linguagem afetiva. São frases do tipo: *Fogo!* ou *Socorro!* ditas mediante uma situação de perigo. O filólogo conclui que, se tais interjeições são equivalentes a orações completas, elas não podem ser partes do discurso uma vez que são o próprio discurso.

Oiticica (1950:68) mostra que a interjeição pode ser definida como palavra ou frase que exprime emoção independente de qualquer pensamento. Logo, para o gramático existem dois tipos de frases: a frase-pensamento e a frase-emoção ou frase interjectiva.

O pesquisador (1950:69) afirma que, por desconhecerem a frase interjectiva e considerarem a palavra como a única representação possível do pensamento, muitos gramáticos se enganam quando consideram a interjeição apenas como um grito inarticulado, não levando em conta que ela se estrutura numa sequência lógica de palavras podendo, portanto, ser classificada como um fato linguístico. Para ele, existem interjeições essenciais, palavras interjectivas, expressões interjectivas e frases interjectivas. São exemplos: *ai!*, *bravíssimo!*, *ora bolas!* e *valha-me Deus!*.

O gramático (1950: 221), ao estudar a sintaxe das frases, faz menção à função interjectiva exercida pela interjeição na frase. Essa função, segundo ele, pode ser executada por uma

interjeição sozinha ou por duas combinadas e, ainda, por uma interjeição combinada com uma frase lógica. São exemplos:

- Raios te partam!
- Cruzes, que maçada!
- Oh! exclamou ele.
- Deus, o´Deus! Onde estás que não respondes?

Rocha Lima (1957:221-222) conceitua a estrutura interjectiva como sendo a expressão verbal de um pensamento que se organiza não apenas com um só elemento, mas também através de uma estrutura composta por vários deles. O autor declara que o contexto extralinguístico pode fazer com que um vocábulo tenha valor de frase, como nos exemplos: Fogo! - pronunciado diante de um prédio em chamas e Silêncio! - dirigido a alguém no corredor de um hospital. Com relação a essas duas interjeições, o gramático deixa claro que ambas devem ser consideradas como construções frasais indiciais, pois expressam um pensamento cuja compreensão depende da circunstância em que a frase é proferida.

Apesar das conclusões acima, Rocha Lima (2001:190) lista as interjeições como classe gramatical. Adiante, ele define a estrutura interjectiva como palavra emotiva que, em situações específicas, funciona como frase completa cujo sentido se altera de acordo com o tom emotivo que a acompanha.

Para Said Ali (2001:203), certas frases da linguagem cotidiana, enunciadas inicialmente por extenso, ficaram cristalizadas na forma reduzida, aparentemente inanalísáveis. Ele explica que essas expressões, em determinadas circunstâncias, são repetidas automaticamente pelo falante sempre da mesma maneira, sem que ele busque reconstituir a estrutura primitiva. O gramático usa como modelo, para o processo acima descrito, a expressão *Oxalá!* que é o resultado do acomodamento da expressão árabe en shâ allah (*se Deus quiser*) à pronúncia portuguesa. Essa interjeição continua sendo usada como expressão de desejo, embora tenha sido apagada a sua origem islâmica.

Said Ali (2001:204) afirma que as interjeições onomatopaicas - *ai! ah! oh!* - devem ser encaradas como gritos involuntários e que, por isso, se encontram fora do domínio da linguagem. Elas também podem ser tratadas como proposições que são utilizadas pelo falante em determinada situação comunicativa, expressas com sonoridade modalizada, com objetivo de impressionar o ouvinte e provocar nele uma reação que não conseguiria, unicamente, com os recursos da linguagem comum.

O autor estuda, ainda, as expressões do tipo *ai de + pronome!* (*ai de vós!, ai de ti!* e outras) utilizadas pelo emissor quando lamenta o infortúnio de alguém. Essas formas interjectivas se apresentam como linguagem inteligível e valem por uma oração, mas não são analisáveis nem decomponíveis em sujeito e predicado. Logo, por definição se encontram fora do âmbito da estrutura frasal.

A QUESTÃO DA MUDANÇA DE CLASSE

Martelotta *et al* (1996:48-49) explicam que a *gramática* representa o conjunto de regularidades resultantes de pressões cognitivas e de pressões de uso sobre a língua. Eles

chamam a atenção para o fato de que, se por um lado essas pressões geram a padronização gramatical, uma vez que direcionam a língua no sentido de uma maior frequência e iconicidade, por outro lado, tendo em vista o aspecto criativo do discurso, a língua revela áreas em permanente modificação. Segundo os autores, tanto a *gramática* molda o *discurso* como este molda a *gramática*.

Para Gonçalves *et al* (2007: 29-34), a *gramaticalização* é um processo dinâmico de mudança linguística, altamente produtivo, que ocorre em todas as línguas naturais e que acontece nas instâncias morfológica, fonológica, semântica e sintática. Nesse tipo de processamento, que se inicia por motivações devidas aos usuários da língua, a transferência de um domínio de conceptualização para outro promove o deslizamento de um significado mais concreto (forma lexical) para outro mais abstrato (forma gramatical), onde o conteúdo original do conceito é reduzido enquanto a sua extensão é ampliada. Esse deslizamento sócnico propicia a sobreposição sentido/forma gerando ambiguidade, polissemia e a paradigmaticização da nova forma. Ao estudarem os mecanismos da gramaticalização, os pesquisadores (2007:42-43) relatam que, no decorrer do processo, ocorre a operacionalização de um princípio cognitivo que explora velhas formas para novas funções.

Travaglia (2003:306), ao estudar o funcionamento textual-discursivo dos verbos, afirma que algumas dessas estruturas não indicam situações relacionadas com o mundo biopsicofisicossocial apresentando, portanto, um conteúdo de natureza funcional, gramatical ou relacional que opera dentro dos limites da organização e funcionamento da língua. Ele nomeia essas formas como *verbos gramaticais* e explica que eles são o resultado da *gramaticalização*.

O linguista (2003: 308-309) afirma que, quando gramaticalizados, os verbos podem exercer as mais diversas funções, tais como *verbo de ligação, conjunção e interjeição* sendo que, ao se recategorizarem, eles perdem o antigo status por estarem funcionando em outras classes. Os verbos *querer, ser, poder, viver, sujar, danar-se e dar* estão incluídos neste caso, haja vista que, em determinados contextos, operam como interjeições. Serve de exemplo:

- **Viva Jesus! /- Viva!**

AS INTERJEIÇÕES TAMBÉM TÊM OS SEUS MISTÉRIOS

Os gramáticos e linguistas estudados, na sua totalidade, definiram as interjeições como expressões com as quais traduzimos os nossos estados emotivos e os nossos sentimentos. Esses teóricos divergiram, no entanto, quando tentaram categorizá-la. As estruturas interjectivas foram classificadas como *marca de um ato de predicação não frásico, palavra-chave, palavra incidente, palavra-oração, frase de situação, frase unimembre e classe gramatical*.

Ao analisarem a interjeição, gramáticos e linguistas deram destaque ao seu caráter emotivo e às condições em que são interjectadas. A maioria deles considera que essas estruturas dependem muito mais do aparato cognitivo-pragmático em que se realizam do que do seu signo nocional específico.

No decorrer do estudo, vimos que a interjeição, não raramente, mostra-se como uma estrutura equivalente a um enunciado independente ou a uma oração completa. No caso específico de algumas estruturas, sob o ponto de vista formal, observamos que elas são representações

lexicais com conteúdos nocionais gerais e abstratos, pouco relacionados com os fatos do mundo biopsicossocial a que se referiam primitivamente.

Por serem signos arbitrários socialmente aceitos, as interjeições não têm caráter semântico restrito e são de natureza representativa. Esses dois fatos da língua, apreciados sob a ótica do processo de gramaticalização, são indícios fortes de que as estruturas interjectivas podem ser o resultado de um processo de mudança diacrônica, em que recursos linguísticos primitivos, sejam eles *fonema, morfema, vocábulo, sintagma, frase, sequência de frase* ou *estruturas oracionais complexas* tenham sofrido alterações nas suas propriedades sintática, semântica e discursivo-pragmática, a ponto de mudarem de estatuto categorial.

Sob o ponto de vista semântico, a Linguística e a Filologia contribuem para a compreensão e o estudo das interjeições ao vincularem essas formas lexicais às emoções, às ideias e, principalmente, à situação comunicativa em que se encontra o falante. As duas ciências relatam, ainda, que o sentido de tais estruturas é dependente do contexto em que são evocadas e que as interjeições, em última instância, são signos que agregam elementos da história e da ideologia da sociedade em que são sistematizadas. Esses dados nos permitem assegurar que as formas interjectivas são signos que evocam a presença de coisas do mundo biopsicossocial, pois, ainda que indelevelmente, guardam relação de significação com o real. A percepção de um valor sígnico preferencial para as formas interjectivas é um fato linguístico que as habilita como estruturas com potencial semântico para classe gramatical.

Sob o critério mórfico, Macambira (1987) e Gonçalves (2002) admitem que as interjeições apresentam variações ora compatíveis ora incompatíveis com o sistema morfológico da língua, visto que, em alguns momentos, determinadas estruturas interjectivas lançam mão de recursos contrários ao sistema fonológico português. Nesse último caso, elas passam a exibir fonemas, combinação e/ou distribuição deles, não apenas estranhos ao idioma, mas também variáveis, o que significa dizer que, contrariamente aos argumentos apresentados por alguns gramáticos, as interjeições não são formas estritamente monomorfêmicas. Servem de exemplos:

- Maneiro! / Maneira! / Maneirinha! / Maneirinho!
- Psiu! / Psit! / Ptsiu!
- Ai de mim! / Ai de ti! / Ai de nós! / Ai de vós!
- Ho! / Ho! Ho! Ho! / Oh! / Oh! Oh! Oh!

Do ponto de vista sintático, a categorização das interjeições como classe gramatical é complexa, porquanto essas estruturas, que se apresentam ora como vocábulos ora como frases inteiras, fragmentos de frases ou verdadeiras orações, são formas lexicais relativamente convencionalizadas. Em defesa dessa tese, lembramos que, para alguns teóricos, as interjeições, em função de sua autovalência, são utilizadas, pelos usuários da língua, não somente para exprimir os seus estados emotivos, mas também para enfatizar o contexto e manter o nexos oracional.

Nesta pesquisa, chamamos a atenção para o fato de que apenas um dos aspectos fragiliza a categorização das interjeições como classe gramatical, a questão da sintaxe. No entanto, as opiniões de Jucá Filho (1945), Oiticica (1950) e Gonçalves (2002) nos dão subsídios para acreditar que as interjeições não devem ser excluídas das classes gramaticais, uma vez que elas não são

estruturas sintaticamente soltas, pelo contrário, elas referenciam um determinado elemento do discurso.

Com base nos estudos acima, julgamos que as interjeições são formas lexicais mutiladas, resultantes de um processo diacrônico de mudança categorial, em que estruturas com valor sógnico fortemente nocional passaram a fracamente nocionais ou até mesmo a estruturas semanticamente vazias. Esse argumento explica a versatilidade das formas interjectivas nos diferentes contextos e a necessidade de identificação da situação de uso para que sejam nocionalmente definidas. Trata-se, portanto, de estrutura lexical com signo primitivo fortemente relacionado a algo do mundo biopsicossocial que, após um lento processo de abstratização, passou a significar e a representar apenas a sensação evocada.

Como se pode perceber, em decorrência da elevada frequência discursiva, as interjeições devem ser compreendidas como formas gramaticais dependentes da situação e do contexto linguístico, suscetíveis às pressões de uso e sintaticamente autovalentes que, por estes motivos, costumam operar no nível do nexos oracional. Tal afirmação equivale a dizer que elas, por conta do alto grau de abstratização, prestam-se às funções: conectora, interacional e/ou enfatizadora podendo, em alguns casos, ser consideradas como elemento com atuação funcional análoga aos advérbios.

Acreditamos, no entanto, na necessidade de um estudo mais abrangente e profundo sobre a matéria, visto serem as interjeições uma fonte rica de recursos linguísticos, ainda pouco explorada pelos teóricos, de onde emergem esta e outras questões, cujo desvendamento será de grande ajuda para a compreensão das potencialidades discursivas e estruturais da Língua Portuguesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEREDO, José Carlos. *Fundamentos de Gramática do Português*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.
- CUNHA, Celso Ferreira da e CINTRA, Luis Felipe Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- GONÇALVES, Miguel. *A Interjeição em Português: contributo para uma abordagem em Semântica Discursiva*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.
- GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite et al. *Tratado Geral sobre Gramaticalização*. In: GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite et al (org). *Introdução à Gramaticalização*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- JUCÁ FILHO, Candido. *Gramática Brasileira do Português Contemporâneo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Epasa, 1945.
- MACAMBIRA, José Rebouças. *A Estrutura Morfo-Sintática do Português*. 6 ed. São Paulo: Pioneira, 1987.
- MARTELLOTA, Mário Eduardo, VOTRE, Sebastião Josué e CAZARIO, Maria Maura. *O Paradigma da Gramaticalização*. In: MARTELLOTA, Mário Eduardo, VOTRE, Sebastião Josué e CAZARIO, Maria Maura. *Gramaticalização no Português do Brasil*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UFRJ, Departamento de Linguística e Filologia. 1996
- MATTOSO CAMARA JR., Joaquim. *Dicionário de Lingüística e Gramática*. 24 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MELO, Gladstone Chaves de. *Iniciação à Filologia e à Lingüística Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1981.
- MONTEIRO, José Lemos. *Morfologia Portuguesa*. 4 ed. Campinas: Pontes, 2002.
- OITICICA, José. *Manual de Análise: Léxica e Sintática*. 9 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves - Editora Paulo Azevedo Ltda, 1950.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 41 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

----- *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia., 1957.

SAID ALI, M.. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. 8 ed. rev.e atual. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *A Gramaticalização dos Verbos*. In: HENRIQUES, Claudio Cezar (org). *Linguagem, Conhecimento e Aplicação: estudos de uma língua*. Rio de Janeiro: Ed. Europa, 2003.

----- *GRAMÁTICA E INTERAÇÃO: Uma proposta para o ensino de gramática*. 11ª ed. São Paulo: Cortez: 2006.

Recebido em janeiro de 2012.

Aceito em maio de 2012.